

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Eixo 1 - Informação, desenvolvimento e sociedade

Maria José Torres LIMA¹

RESUMO

O presente artigo é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada “Ensina-se banca - Passado e presente”, a ser defendida no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Este artigo pretende demonstrar no decorrer de seu corpo textual, breves considerações acerca das características sócio-educacionais do Brasil e de Sergipe na Primeira República, partindo claro, das prerrogativas da educação doméstica praticada neste período. O desejo de modernizar o país desenvolve na sociedade uma constante busca pela melhoria da instrução pública, afinal, sem formação, informação e conhecimento, não há avanço.

PALAVRAS-CHAVE: Educação doméstica; Primeira República; modernização.

ABSTRACT

This article is an integral part of the master's thesis entitled "Teaches Banking - Past and Present", to be defended in the Postgraduate Program in Education (PPGED), Federal University of Sergipe (UFS). This article intends to demonstrate, in the course of its textual body, brief considerations about the socio-educational characteristics of Brazil and Sergipe in the First Republic, starting from the prerogatives of domestic education practiced in this period. The desire to modernize the country develops in society a constant search for the improvement of public education, after all, without training, information and knowledge, there is no progress.

KEY WORDS: Domestic education; First Republic; Modernization.

¹ Universidade Federal de Sergipe – UFS. Mestranda do curso de pós-graduação em Educação (PPGED-UFS). E-mail: biamaria25.mt@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esse é um assunto educacional do passado, porém pertinente aos dias atuais. Nas entrelinhas da história escolar brasileira e, sergipana, entende-se o contexto sócio-político como um influenciador das realidades expostas nas buscas pelo cotidiano da sociedade. Nos anos de 1889 a 1930, o Brasil atravessava um momento de mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais, que, deveriam leva-lo à modernização, assim como acontecera com outros países livres, antes ex-colônias. A era moderna deveria estabelecer-se no país para que o desenvolvimento industrial eminente emergisse. Com a modernização as práticas educacionais estabelecidas no país deveriam modificar-se para que um novo sistema educacional vigorasse, porém, a fragilidade das modernas propostas de ensino continuava a abrir brechas para que o exercício do ensino não formal continuasse e, assim, a educação doméstica se perpetuasse.

Conforme Vasconcelos (2005), a educação doméstica é o ensino que ocorre na casa do aprendiz ou do mestre, sob a vigilância e responsabilidade dos pais. Podendo haver uma variação que corresponde aos professores particulares, os preceptores e as aulas particulares. A partir daí, compreende-se ser de suma importância desvendar os caminhos percorridos por esse sistema de educação não formal no estado de Sergipe.

Esta prática foi bastante comum em todo território brasileiro no período Imperial e início da República, quando ainda não existia um sistema de escolas organizado, subsidiado e fiscalizado pelo Estado brasileiro e, deste modo, a população mais abastada não tinha alternativa senão recorrer aos mestres que ofereciam o ensino das primeiras letras em sua própria residência (VASCONCELOS, 2005). Conforme esta mesma autora, a prática da educação doméstica foi perdendo sua força e desapareceu por completo na então capital do Império, Rio de Janeiro, quando a inicial ação da política educacional começou a defender a instrução pública através da construção de uma rede de grupo escolares, com forte apelo e convencimento da população de que este sistema seria a melhor maneira de educar os filhos das elites locais.

No entanto, no estado de Sergipe, ainda hoje, esta prática convive com o sistema público e privado de ensino resistindo ao tempo e à própria estrutura formal de educação escolar. Basta a criança ingressar nos anos iniciais do Ensino Fundamental

que logo começará a frequentar a banca mais próxima de sua residência que sustentará em sua fachada uma simples placa com os dizeres "Ensina-se banca". Uma prática tão comum, tão presente no cotidiano das crianças e de suas famílias, tão incorporada no inconsciente da população que pouco, ou nada, chamou atenção dos historiadores da educação local como um objeto de estudo a ser desvendado pela pesquisa histórica, para conhecer sua origem, suas formas de prática educativa, sua tão brava resistência em sobreviver educando e ensinando crianças através de um sistema não formal de ensino.

2 CONTEXTO SÓCIO-EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

No Brasil, estabelece-se na Primeira República propostas de renovação de toda a sociedade. Nas províncias, a falaz liberdade de escolher que rumo levar os assuntos da população, transforma esse período, em especial, no verdadeiro projeto modernizador do Estado, que, ainda possuía o ônus de interferir nas questões políticas de cada estado, se assim desejasse.

Sobre a escolarização da população e a situação social das primeiras décadas da República, Carvalho (2002, p.6) diz que “na República que não era a cidade não tinha cidadãos”. Havia uma maneira de suplantar a herança perversa e, dar ares democráticos ao novo regime: a expansão da instrução pública. O processo de aprendizado democrático seria lento e gradual. Carvalho (1990, p.6) asseverou que seria um equívoco achar que o aprendizado do exercício dos direitos políticos pudesse ser feito por outra maneira que não na sua prática continuada e num esforço por parte do governo de difundir a educação primária.

Em Sergipe, na área educacional somente as cidades dispunham de cursos de segundo grau, mas há indicações de que a frequência era bastante reduzida. Embora houvesse uma elite letrada, formada, sobretudo pelos bacharéis diplomados fora do Estado, o Censo de 1890 registrou que 89% da população não sabia ler e escrever

(DANTAS, 2004, p.22). O privilégio de um contingente enorme de não instruídos não era somente dos sergipanos, no país como um todo, mais da metade da população era analfabeta.

Cabe ressaltar que a partir de 1900 e com a nova propaganda do governo de incentivo à instrução pública primária, algumas iniciativas foram realizadas neste sentido. Em Sergipe, por exemplo,

nas décadas republicanas o número de escolas primárias cresceu, porém evidenciava-se uma grande evasão, principalmente nas zonas rurais. Um exemplo é que em 1915, havia 13 escolas na capital, 64 nas cidades, 4 nas vilas e 103 nos povoados. A matrícula era de 8.740, porém a frequência não passava de 5.812 alunos (NUNES, 1984, p. 222).

E se havia problemas de infraestrutura e higiene em todas os estados do país, é claro que os ambientes de instrução não ficariam de fora. As casa-escola², especialmente, referendavam dificuldades organizacionais de grandes precedências em seu interior. Muitos desses lugares eram verdadeiros antros de transmissão de doenças.

No final do Império as casas-escolas foram comparadas a pocilgas, pardieiros, estalagens, eram as escolas de improviso – impróprias, pobres, incompletas, ineficazes. Sob o manto desta representação em negativo, era crucial para intelectuais, políticos e autoridades comprometidas com a constituição do novo regime seguir “pesada e silenciosamente o seu caminho”, produzir outros marcos e lugares de memória para a educação republicana (SCHUELER, 1999, p.35).

A limpeza pretendida pelo governo brasileiro não era somente das ruas da cidade, por exemplo, ou das moradias de cada indivíduo, mas almejava-se modificar todo o contexto social ao qual estava inserido o homem monárquico, e assim, dar um novo panorama ao Brasil. O distanciamento do passado para com o presente republicano era o objetivo principal do novo governo. O que ninguém contava é que a imaturidade do país, sua desarticulação econômica e cultural, os vícios de formação só se corrigiriam mediante a longa educação, de cima para baixo, do estamento burocrático, civil ou militar (FAORO, 2011, p.639). Desse modo, as medidas educacionais tomadas pelo Estado no início da República, eram competências imediatistas que pouco contribuiu

² Termo utilizado por Maria Celi Chaves Vasconcelos para referir-se a educação que ocorria em âmbito doméstico.

para a real mudança educacional brasileira ao longo do tempo. O projeto inacabado, nunca foi realmente associado a realidade sócio-política e econômica dos brasileiros e do Brasil.

A educação como arma política para estabelecer a verdadeira mudança, era instigada por diversas pessoas, que, munidos de uma base articulada em princípios da suposta quebra da supremacia coronelista, oligárquica e paternalista em que o país estava imerso, creditava a instrução escolar a “salvação” para a alienação social do povo. Assim, o argumento mais utilizado era de que o voto da população (mesmo que não fosse da maioria) precisava ser feito de modo consciente, e, esta consciência somente viria pela educação. Porém, já que o votante somente poderia realizá-lo se fosse alfabetizado, qualquer resquício rudimentar de uma alfabetização pífia seria suficiente para que tal objetivo fosse cumprido. Seria então a educação uma arma social enganosa a que forjavam?

A função política da educação se faz na medida em que é chamada a formar as muitas categorias existentes do homem, sejam estes “os homens novos”, que é o “cidadão” que vota e o homem “consciente”. Neste sentido, a “visão enganosa” a respeito da educação, corresponde aos apelos de esperança e a certeza explícita nas mensagens da burguesia em melhorar o país através da alfabetização: a porta de entrada para que a classe popular participasse diretamente do processo político (OLIVEIRA E SILVA, s/ano, p.2).

No entanto é importante ressaltar que mesmo com esse plano mordaz dos governantes, a educação escolar, deveria ser mesmo uma saída útil e eficaz para que as mudanças sociais fossem finalmente significativas para a maioria excluída da população. “A difusão do ensino, era assim, o instrumento pelo qual seria possível combater a aristocracia agrária, detentora da hegemonia política do país” (PAIVA, 1985, p. 97).

Em território sergipano, distante da capital brasileira e dos grandes centros urbanos do país, o sistema educacional era ainda mais precário. Mesmo que a República tenha trazido consigo competências educacionais através de novas leis e regulamentos, em Sergipe, as mudanças custaram a aparecer. É o que mostra (OLIVEIRA, 2004).

Até 1910, a instrução primária foi regida pelo Decreto 501 de 1901. Esse foi o período mais longo sem que a instrução primária fosse submetida a alterações em sua organização. Mesmo sem as permanentes mudanças, em 1910, em Mensagem dirigida à

Assembléia o então Presidente do Estado José Rodrigues da Costa Dória, lamentava a situação de atraso em que se encontra a instrução pública. Informava que as aulas primárias funcionavam em prédios impróprios, acanhados e quase sem mobílias, e as existentes encontravam-se em situação precária. Considerava que “os regulamentos decretados uns sobre os outros atropelam o serviço, e não deixam ver, pela observação, as falhas dos anteriores”. A distribuição das escolas não obedecia ao critério da população escolar. As cidades localizadas mais próximas da capital eram melhor atendidas que as mais distantes, mesmo que estas possuíssem uma população superior. Quanto ao método de ensino, informava que a criança aprendia pela repetição fastidiosa e cansativa e não pela compreensão das coisas. “Ao lado da polícia”, denunciava o Presidente, “a educação tem sido o campo mais fértil para politicagem. As escolas particulares têm sido as preferidas porque as públicas não ensinam” (OLIVEIRA, 2004, p. 6)³.

É possível observar na citação acima que a questão do público e do privado entra mais uma vez em pauta no estabelecimento de ajustes na sociedade brasileira. O argumento de que as escolas privadas eram melhores baseia-se também, no fato de que a organização particular somente era concebida através de recursos financeiros de qualquer ordem, neste caso, apenas os que possuíam custosas verbas podiam oferecê-lo e somente aqueles que eram abastados podiam tê-lo. Por conseguinte, o interesse de várias instâncias para que as esferas privadas funcionassem plenamente preparadas eram, óbvio, mediatizadas pelo Estado.

A educação escolar pública oferecida à população pelo Estado, seria então um reflexo do contexto social até aqui apresentado? Afinal, para a população de menor poder aquisitivo, havia a falta de diversos itens básicos para a sua sobrevivência, e, além disso, a atual gestão de cada estado não permitia que as circunstâncias fossem outras, já que mudanças significativas ameaçariam a política econômica unilateral praticada em todo o território.

No estado de Sergipe, após uma Reforma educacional proposta pelo atual presidente do Estado, Rodrigues Dória⁴, os Grupos Escolares passam, então, a partir de 1911, a fazer parte do cenário urbano da capital sergipana que apesar de enfrentar

³ Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 15 de março de 1911, pelo Presidente do Estado José Rodrigues da Costa Dória (1911, p. 5), citada por Oliveira (2006).

⁴ José Rodrigues da Costa Dória (Propriá, 25 de julho de 1857 — Salvador, 14 de janeiro de 1938) foi um médico e político brasileiro. Foi presidente de Sergipe, de 24 de outubro de 1908 a 10 de julho de 1909 e de 13 de novembro de 1909 a 24 de outubro de 1911.

problemas estruturais como serviço de saneamento, vivenciava nas primeiras décadas da República, grande aumento populacional e era “o centro político-administrativo onde os poderes constituídos, fossem quais fossem suas dependências, engendraram suas decisões, era também o maior centro industrial e comercial de Sergipe” (DANTAS, 2004, p. 45).

Percebe-se o quanto as questões mal resolvidas de cunho estrutural e sanitárias, ainda influenciavam exponencialmente a sociedade brasileira, afinal, o exemplo sergipano serve também para os outros estados que, lentamente começavam a urbanizar-se. Ainda em Sergipe...

Os Grupos contribuíram para elevar o padrão de qualidade dos serviços públicos, uma vez que antes da instalação da escola graduada, só se encontravam em Sergipe escolas primárias mal distribuídas, sem obedecer a critérios demográficos de localização ou de importância sócio-econômica da região e em algumas vezes na dependência das relações entre chefes políticos do estado. A contratação do professor Carlos Silveira pelo Governo de José Rodrigues da Costa Dória fazia-se no intuito de promover melhorias nesse cenário problemático (AZEVEDO, 2010, p. 13).

Intrinsecamente a qualidade e a má-qualidade da urbanização social no estado e, no restante do país, estavam empecilhos de ordem educacionais, políticas, econômicas, raciais, étnicas, administrativas, e outras mais. Pois, não havia como afastar uma coisa da outra. Como cobrar frequência em sala de aula a uma turma de alunos que vivem em moradias sob constante risco de desabamento e enchente? Ou ainda, como desejar que a indústria crescesse mediante a contratação de ex-escravos analfabetos ou pobres iletrados?

Ao entrar nos anos 20 da primeira República, o panorama social brasileiro permanece quase o mesmo dos anos anteriores, porém, pequenas mudanças vão sendo sentidas no novo contexto cultural da época.

A produção cultural vai se politizando, na emergência dessa nova identidade intelectual, que deseja construir a nação, o povo e o moderno reformando a sociedade brasileira. A questão nacional, presente em outros momentos, aparece como desafio, em várias linguagens que explicam a mestiçagem, imaginam a democracia racial, procuram desigualdades regionais, origens lusitanas, africanas, indígenas. Em 1922, a realização da Semana de Arte Moderna representa o desafio público que demonstra a ruptura com o padrão cultural vigente. Entretanto, a ambigüidade dos intelectuais em manter-se parte de uma elite e ir ao encontro do povo impregna o

movimento de pressão por participação política, direitos civis e sociais, moralidade no trato do público. A ideologia organicista e antiliberal, que se radicaliza nas críticas, vai trazendo a perspectiva do Estado como unificador do país – em termos culturais, políticos, sociais – e construtor da nação moderna (ACCÁCIO, 2005, p. 111-112).

Na província de Sergipe, a República, até então apoiada predominantemente pelos mais esclarecidos da sociedade, encontra no território sergipano impasses políticos que dificultam a realização de trabalhos intensos na direção de uma nova era (NUNES, 1994). A Reforma educacional que estava ocorrendo em todo o país acontecia também no estado e, iniciativas dos vários presidentes provinciais, apareciam e desapareciam rapidamente. Como resultado desse vai e vem, a Reforma não sobrevinha de fato, mas [...]

Também não poderiam dar resultados as tentativas de fazer prevalecerem doutrinas políticas, advindas de sociedade onde a revolução burguesa-capitalista se completara, numa sociedade egressa do escravagismo em que, ainda, predominavam, em muitas regiões, as relações feudais de produção. Sergipe, como outras unidades da Federação mais atrasadas no processo desenvolvimentista, seguia os velhos métodos políticos, apenas sob novos rótulos (NUNES, 1994, p. 189).

As propostas de um novo modelo escolar pautavam-se na ideia de civilizar o homem, de modernizá-lo, de transformar a identidade nacional no principal baldrame sintonizador do percurso entre o ser e o pertencer. A escola passa a ser vista como uma das instituições capazes de garantir a unidade nacional, através da transmissão não só de um conteúdo unificado, mas também de valores culturais e morais que garantiriam o sentimento pátrio (BASTOS, 2014, p. 116).

Entre as mudanças estipuladas na época, a modernização dos materiais usados na aprendizagem tinha destaque. É claro que havia o incentivo dessa prática, algumas escolas chegaram mesmo a receber material necessário para que a partir do que os alunos experienciavam, o ensino fosse concretizado. Porém, para muitas escolas a tentativa de que a instrução adquirisse ares modernos nunca foi uma realidade. A situação financeira de muitos municípios não permitia que o alunado se beneficiasse com as novas estratégias de ensino.

Sabe-se que no período republicano, as iniciativas de cunho educacional foram ganhando destaque nesse novo cenário, assim, a instrução pública defasada, ia recebendo destaque. O arquétipo escolar vigente já não servia para a população republicana, sendo assim, a educação doméstica, também já não satisfazia no novo projeto de educação, e, as políticas estatais advindas desse novo momento reforçavam essa prerrogativa.

Com o fortalecimento do Estado Imperial e com as discussões cada vez mais acirradas acerca da importância da instrução escolar, uma das preocupações iniciais é a de construção de espaços específicos para a escola estatal, a fim de comprovar sua ação mais eficaz junto às crianças, para êxito daqueles que defendiam sua superioridade frente às demais formas de educação. O processo de apropriação pelo Estado da instrução pública e a própria concepção dos aspectos que englobariam o projeto centralizador têm como primeira tarefa, então, o distanciamento da educação dos sujeitos das práticas exercidas até esse momento nas casas, sob a exclusiva escolha e vigilância dos familiares e voltadas para aprendizagens e compromissos bem mais restritos do que aqueles aos que o Estado aspirava (VASCONCELOS, 2005, p.36).

Mas, em Sergipe, como já foi destacado anteriormente, a educação doméstica se destaca através de novos horizontes, ela não desaparece, torna-se as atuais bancas de ensino, que, imbuídas de uma diferente significância resistiram às prescrições da época republicana.

O frágil sistema educacional sergipano deixava margem para a edificação da educação doméstica. No estado ela era praticada por pessoas “habilitadas” ao ensino das primeiras letras, ou ao ensino de disciplinas e/ou habilidades isoladas. E, apesar de no restante do país essa modalidade de ensino estar sendo sucumbida pelas ideias republicanas de instalação de uma nova ordem educacional, em Sergipe essa prática não dava indícios de que iria extinguir-se prontamente.

A educação na casa era apresentada em solo sergipano como aulas particulares, na casa do professor ou do aprendiz, e disponibilizado nos jornais impressos que circulavam no estado por meio de anúncios, em que aqueles que iriam ensinar ofertava seus serviços. Para chamar a atenção de alunos e alunas indistintamente, os professores (as) tentavam exaltar as disciplinas mais procuradas pelos educandos naquele

determinado período. O acesso à língua estrangeira, as habilidades musicais e o ensino de matérias mais difíceis eram as que mais estampavam as páginas dos jornais que traziam anúncios desse tipo.

Além da ressalva da habilitação moral e social feita costumeiramente pelos professores, havia também, outros tipos de aptidões que podiam destacar para conseguir alunos. Seja um método diferenciado, uma boa eloquência nas palavras, a oferta de um ambiente de estudo mais organizado e arejado e, é claro, tentavam demonstrar afetividade extrema para com os educandos, visando conquistar os pais e garantir o emprego.

Na nova realidade educacional do país, para que as aulas se tornassem atualizadas, a Pedagogia moderna instituiu o Pedagogium⁵, que tinha como objetivo:

[...] a disseminação de instituições congêneres nos demais estados da República e a organização de museus escolares nas escolas, conforme determinava o Decreto n. 980, de 1890: cada escola primária terá, além das salas de classe e outras dependências, sua biblioteca especial, um museu escolar provido de coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas, de instrumentos e de quanto for indispensável para o ensino concreto, um ginásio para exercícios físicos, um pátio para jogos e recreios, e um jardim preparado segundo preceitos pedagógicos (BASTOS, 2104, p. 128).

Como mencionado antes, muitas dessas ações nem chegaram a sair do papel, afinal, o Brasil ainda apresentava frágeis prerrogativas no âmbito educacional. E não era porque apostava em iniciativas provenientes de países com cultura diferente da praticada em terras tupiniquins, mas, por um motivo bem mais particular: A tentativa de dar ao homem brasileiro a identidade que lhe pertencia, que não fazia parte de seu cerne, de sua historiografia cultural.

No cenário sergipano a educação republicana também apresentava problemas para ser instaurada. Segundo Olímpio Campos, Presidente de Sergipe em 1900, “o povo, que não sabe ler, não conhece os seus direitos nem deveres, é um tutelado, que a essa

⁵Museu pedagógico brasileiro. A fundação do Pedagogium (Decreto nº 667, de 16 de agosto de 1890) é uma medida de Benjamin Constant, enquanto titular do Ministério de Instrução Pública, Correio e Telégrafos, que nada mais fez senão seguir um exemplo e uma lição (VERÍSSIMO, 1892).

posição se submete por deficiência, da instrução” (SERGIPE, 1900, p.8)⁶. Isso leva à compreensão do motivo pelo qual no projeto político e social republicano, a missão de formar o cidadão capaz de legitimar o Regime e regenerar a nação foi atribuída à educação popular (AZEVEDO, 2010, p.2).

Por essa razão, muitas críticas à educação pública estatal continuavam movimentando o cotidiano da população brasileira. Vários setores da sociedade perpetravam inúmeros julgamentos ao ensino que não mostrava sinais de melhoria. Neste sentido, a iniciativa de particulares no que se refere à causa da instrução popular tornou-se uma constante nas páginas dos dois jornais republicanos A Província de São Paulo (PSP), sob direção de Rangel Pestana e Américo de Campos; a Gazeta de Campinas (GC), dirigida por Francisco Quirino dos Santos, esses jornais divulgavam para a população letrada as prerrogativas necessárias à afirmação da instrução pública no Brasil. Esses veículos colocavam em evidência a iniciativa de particulares: ora vinculada aos exemplos dado das “nações civilizadas”, sobretudo, os Estados Unidos; ora mediante a ênfase nas experiências educacionais empreendidas pela iniciativa particular de origem leiga ou vinculada às escolas americanas de confissão protestante (SCHELBAUER, 2014, p. 139). Dessa maneira, as iniciativas privadas pessoais, determinavam o ritmo cotidiano da instrução pública no país.

As iniciativas particulares de, por meio de periódicos, apontar as falhas e organização da educação no Brasil, estabelecidas por muitos intelectuais da sociedade brasileira, questionavam incansavelmente a forma como o governo propunha deliberar a instrução da população, para eles, o Estado não era capaz de oferecer a sociedade uma escolarização coesa e organizada, portanto, defendiam a educação livre, na qual os pais decidiriam aquilo que fosse mais adequado para seus filhos serem instruídos. A escola do século XX, pouco ou nada mudara desde o século anterior, e, as escolas monumento que estavam sendo preconizadas, além de não chegar a todos os brasileiros, continuava com os velhos hábitos da época do Brasil império: professores despreparados e mal pagos, escasso investimento financeiro, falta de material pedagógico, entre outros.

⁶ SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de Setembro de 1900, pelo Presidente do Estado Monsenhor Olimpio Campos. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1900.

Por conseguinte, a primeira década do século XX foi marcada pelas sucessões presidenciais. Na República, os representantes poderiam ser eleitos através do voto direto, porém, a oligarquia que se instaurou no país, não permitia que o povo participasse livremente da escolha de seus governantes. Essa era mais uma razão para que, segundo a parcela intelectual nacional, o Brasil permanecesse no atraso industrial que o deixava em desvantagem econômica, política e social, em relação ao restante dos países. Para ele, somente pela educação, o povo reagiria às imposições dos grandes latifundiários. Essa, porém, era uma tarefa difícil, pois, em meados de 1910, a maioria dos brasileiros ainda vivia na zona rural e, essa mesma maioria não era alfabetizada ou, não havia passado das primeiras séries do curso primário.

As pessoas que traziam ideias para a escola recém-implantada no país, ou pelo menos, nas cidades que primeiro receberam essas novas escolas, como foi o caso de São Paulo e Santa Catarina, buscavam também assegurar que novos métodos de ensino fossem instituídos. Através das modernas técnicas de ensino, finalmente o projeto da escola identitária, da ordem e do progresso⁷, a sociedade brasileira deixaria o retrocesso e caminharia rumo ao progresso. Será, porém, que os instrumentos utilizados para esse fim estavam de acordo com a realidade do Brasil, ou simplesmente eram aplicados conforme as práticas dos Estados Unidos, França, Itália... Na América Latina a implantação da escola primária graduada – tida como panaceia para o progresso e a modernização desejados – coincidiu com o suposto desenvolvimento que vinha alcançando a Pedagogia Moderna⁸ no último quartel do século XIX (onde havia esse desenvolvimento?). Ao adaptar-se às realidades latino-americanas, contudo, tal pedagogia acabou sendo desprovida de seus fundamentos filosóficos, sendo reformulada em termos utilitaristas e normativos, como técnicas que deveriam conduzir o trabalho dos professores em sala de aula (TEIVE e DALLABRIDA, 2011, p. 18 e 19).

⁷ Segundo Murilo de Carvalho (1987, P.22), são princípios da ciência positivista comtiana presentes nos ideais da Primeira República a noção de pátria: a pátria é a mediação necessária entre a família e a humanidade, é a medida necessária para o desenvolvimento do instinto social. O lema “ordem e progresso” é de orientação positivista.

⁸ Para Manacorda (2007), a pedagogia moderna consiste na constante disputa entre teoria e prática, entre a escola do ler e a escola do fazer; ou melhor, uma contínua polêmica dos inovadores contra a escola do ler.

A Pedagogia Moderna instaurada ainda no século XIX idealizava a educação da sociedade como ferramenta primeira para o alcance desenvolvimentista industrial e urbano das grandes nações. Entre suas hipóteses, a máxima de que o equilíbrio educacional era a estratégia mais adequada de ensino, já que, a escola como instrumento da modernização, não deveria mais utilizar-se das táticas falidas dos séculos anteriores, assim, o autoritarismo, desde sempre praticados, deveriam ser substituídos por novas técnicas de manutenção da ordem.

Os mecanismos de regulação colocados em marcha nessa nova forma escolar seguiam a máxima pedagógica liberal moderna: “manter, imprimir e reprimir, mas com suavidade”, ou “com o coração e o cérebro” (...) (TEIVE e DALLABRIDA, 2011, p. 26).

Deve-se ter em mente que a escola pensada para caracterizar a modernidade que o Brasil estava prestes a vivenciar, presumia os mesmos efeitos da escola frágil e precária criada pelo Estado monárquico anteriormente. Além do mais, a entrada ao mundo moderno, do país que ainda era um dos pioneiros agrícolas da América Latina não conseguia atingir a grande maioria da população, os residentes rurais, continuavam a ter dificuldade em usufruir da escola do progresso. “Em toda a parte em que foi implantada a escola graduada [ou grupo escolar] caracterizou-se por ser uma escola especialmente urbana para atender às necessidades da escolarização em massa” (SOUZA, 2011, p. 51).

A conveniente modernização, reflete em território sergipano, a necessidade de um olhar mais próximo à intervenção do Estado na educação da sociedade. A responsabilidade desta esfera pública é inquestionável, porém, as ações idealizadas por ele, não representaram eficazmente a modernização almejada para a educação pública. Como símbolo maior dessa busca de modernização tem-se em 1911, a Reforma da Instrução Pública⁹ e a implantação dos Grupos Escolares. Estas instituições contribuíram para o projeto modernizador pelo qual passava o Estado e fizeram parte de

⁹ Por meio do Decreto no. 536, de 12 de agosto de 1911, o Presidente do Estado, José Rodrigues da Costa Dória, decreta a nova organização do ensino, ao mesmo tempo em que ordena que sejam observados os regulamentos baixados com a mencionada reforma. O Regulamento do ensino primário de 1911 inaugura a modalidade de ensino primário em grupos escolares; detalha os procedimentos de organização e funcionamento das instituições de ensino; discorre sobre exames e disciplina escolares; prescreve sobre as atividades dos docentes do ensino primário; dá tratamento à profissionalização docente ao ater-se a concursos, provimento dos cargos, direitos e deveres bem como vantagens e penas aos profissionais da instrução; e, ocupa-se ao final com a fiscalização do ensino dispondo sobre o trabalho dos delegados do ensino e dos inspetores escolares, da Diretoria da Instrução Pública, além das atividades de estatística escolar, do fundo escolar e do ensino particular (AZEVEDO, 2010, p.3).

um processo civilizatório ocorrido em Sergipe no início da República. Nesse Estado, um projeto de autonomia e modernização estivera presente desde os idos dos oitocentos com a luta pela emancipação política (1820) e a construção da sua capital planejada (1855). Pela via da educação escolar, porém, esse processo ganhou força no regime republicano (AZEVEDO, 2010, p.137). Apesar dessa iniciativa ter proporcionado ao ensino de Sergipe significantes melhorias, a roupagem educacional mostrava-se nova, mas a carcaça permanecia velha.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imediatismo muitas vezes, levava a sociedade a adotar sanções não condizentes com as inovações propostas na era republicana, o sistema escolar incentivado pelo Estado, por exemplo, havia de cruzar fronteiras irrevogáveis rumo ao desenvolvimento da escolarização da nação, mas já é sabido que ela não se destinava a toda a população e, parte das pessoas permaneceu utilizando as práticas já consagradas de educação no âmbito doméstico. Destaca-se aqui que a educação domiciliar era apenas um privilégio das camadas sociais mais abastadas, e não ao povo (CHRIST, 2015, p.14).

Foi o que aconteceu em Sergipe, apesar das novas indigências sociais, o ensino da casa permanece, concomitante com a educação escolar pública, e perdura até os dias atuais, contudo, com uma conotação diferenciada. Quais eram, porém, as razões que fizeram que essa modalidade de ensino continuasse? Dentre os vários motivos para que os pais daquela época decidissem que a educação de seus pupilos fosse efetuada debaixo de seus olhares e teto eram as suas preocupações com saúde, instrução dirigida e no ritmo do aprendizado e a formação afetiva e comportamental, para o qual era realçado o “valor da educação doméstica” (FERNANDES, 1972).

Havia também, quem acreditasse na nacionalização do ensino como proposta de transformação educacional. A modificação das instituições escolares em território brasileiro não acontecia de maneira homogênea e, a política latifundiária na qual o país estava inserido dificultava cada vez mais a organização do Brasil moderno. Pode-se também constatar que a grande diversidade cultural e territorial brasileiros impedia que

o sentimento de nacionalidade adquirido por via instrucional não fosse realizado de forma satisfatória. Em outros países, a escola moderna mostrava-se um excelente instrumento para as mudanças advindas de um novo século, já em terra tupiniquim, a realidade era outra...

(...) pode-se verificar que, a partir da instauração da modernidade na Europa, principalmente após as diversas revoluções burguesas que consolidaram após as diversas revoluções burguesas que consolidaram os Estados Nacionais, a escola teve importância fundamental para a construção das *nações*, uma vez que os conteúdos abordados em sala de aula – língua e geografia nacionais, história da pátria, de seu povo, ou, mais precisamente, de seus heróis – estavam envoltos pela ideologia do *nacionalismo patriótico*, e baseados nela se pretendia construir as diversas identidades nacionais (PINHEIRO, 2002, p. 41).

A modernização tão aguardada, agora sob o pretexto educacional, reservava para Sergipe experiências singulares de progresso e retrocesso, respectivamente. Nas escolas isoladas¹⁰, e na educação doméstica, sobretudo na primeira, as mudanças foram lentas e muitas vezes insuficientes, afinal, se a República instituiu o grupo escolar como padrão de atendimento para que as classes populares se integrassem à sociedade democrática, como as escolas isoladas, com insuficiente atendimento eram majoritariamente aquelas que continuavam fornecendo a precária educação às classes mais pobres, que começavam a se incorporar no meio urbano? No estado, em 1923, eram as escolas isoladas que continuavam a atender o maior número de alunos, abrangendo 80, 61% da matrícula total (OLIVEIRA, 2004, p.13).

REFERENCIAS

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. **Os anos 1920 e os novos caminhos da educação**. Disponível em: <[http:// Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.19, p. 111 -116, set. 2005 - ISSN: 1676-2584](http://Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.19, p. 111 -116, set. 2005 - ISSN: 1676-2584)>. Acesso em 16 de junho de 2017.

¹⁰ Escola de um só professor, a que se entregam 40, 50 e às vezes mais crianças. Funciona quase sempre em prédio improvisado. É de pequeno rendimento, em geral, pelas dificuldades decorrentes da matrícula de alunos de todos os graus de adiantamento, falta de direta orientação do professor, falta de fiscalização, falta de material, falta de estímulo ao docente. É a escola típica dos núcleos de pequena densidade de população, a escola da roça, a escola capitulada de “rural”(Lourenço Filho, 1940, p. 658).

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Rodrigues Dória, Carlos Silveira e a reforma de implantação dos grupos escolares em Sergipe.** Disponível em: <[http:// Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.37, p. 134-150, mar.2010 - ISSN: 1676-2584](http://Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.37, p. 134-150, mar.2010 - ISSN: 1676-2584)>. Acesso em 12 de junho de 2017.

BASTOS, Maria Helena Camara. **A educação como espetáculo.** In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara(orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol 1: séculos XVI – XVIII. Petrópolis, RJ: vozes, 2004. Páginas 45-55

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

CHRIST, Maria Vicelle Ruviaro. **O ensino domiciliar no Brasil.** Estado, escola e família. Tese de graduação. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/media/tcc/2016/02/O-ENSINO-DOMICILIAR-NO-BRASIL-ESTADO-ESCOLA-E-FAMILIA.pdf>>. Acesso em 5 de julho de 2017.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe - República (1889-2000).** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FAORO, R. **A república inacabada.** Organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2011.

FERNANDES. Florestan. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe.** Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe. Paz e Terra, 2006.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. **O ensino primário em Sergipe na Primeira República.** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos.../Dilma_Maria_Oliveira_artigo.pdf>. Acesso em 27 de junho de 2017.

OLIVEIRA, Viviane Souza de; SILVA, Rosália de Fátima e. **O entusiasmo pela educação na Primeira República: uma perspectiva de progresso político-social no Brasil.** Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0212.pdf>>. Acesso em 12 de junho de 2017.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade. São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea).

SCHELBAUER, Analete Regina. **Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960).** Revista História e Educação On-line., v.18, n. 42, 2014, p. 71-91. Disponível em<

http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/viewFile/39687/pdf_22 >. Acesso em 01 de julho de 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. Rev. bras. Hist. [online]. 1999, vol.19, n.37, pp.59-84. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>.

TEIVE, G. M. G; DALLABRIDA, N. **A Escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)**. Campinas – São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

VASCONCELOS, M. C. C. **A casa e os seus mestres: A educação no Brasil de oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005..

WEHLING, Arno. **A incorporação do Brasil ao mundo moderno**. In STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara(orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol 1: séculos XVI – XVIII. Petrópolis, RJ: vozes, 2004. Páginas 45-55.